

1

Ata 25ª Plenária Extraordinária

2 Aos trinta e um dias do mês de Agosto de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, no
3 plenário da Utramig – MG, realizou-se a vigésima quinta Plenária Extraordinária do
4 CEAS, coordenada pela Vice-Presidenta Simone A. Albuquerque, na presença dos
5 seguintes conselheiros titulares: Rodrigo dos Santos - ASSPROM, Geisiane Lima-
6 Cáritas, Luiz George M. da Trindade - CMAS de Lagoa Santa, Volney Costa – PSIND,
7 Wilson de Sales Lana – SEF, Silvana Campos – SEE, Soyla R.S. Pereira - CMAS de
8 Paracatu, Leonardo Ladeira – SEPLAG, Rosilene Aparecida Tavares – CRESS, Isac dos
9 Santos Lopes – ASQUIS (em condição de usuários), Leonardo Koury – SEDA, Raquel F.
10 Ferreira Lúcia – CMAS de São Francisco de Paula, Elena Santos J. Rodrigues –
11 COGEMAS, Cristiane Isabel Felipe – IMSNS, Maíra Colares – SEDESE. Dos conselheiros
12 suplentes: Érica Andrade – CRP, Isabela de V. Teixeira – SEDESE, Maria Pascoa
13 Andrade – COGEMAS, William Santos Franca - CMAS de BH, Marta Maria V. Castro da
14 Silva – SEDESE, Roseane Cristina dos Santos – FENEIS. E dos membros da Secretaria
15 Executiva: Consolação Cifani; Nilce Araújo, Maria Paula, Adelmira Cerqueira, Regina
16 Caldeira, Vera Lucia, Rosalice Tassar; Leonardo Lobato e Rosângela. A plenária teve
17 início com a fala da Vice-Presidente. **SIMONE:** De discutir a proposta orçamentária do
18 Fundo de Assistência Social para 2017, exatamente para que o Conselho possa com
19 tranquilidade discutir a proposta e para que a gente tenha também tempo hábil para
20 discutir dentro da própria SEDESE e com o próprio governo o debate feito aqui no
21 Conselho Estadual de Assistência Social. Então eu vou passar para a nossa secretária
22 executiva. Eu quero cumprimentá-la e agradecê-la, a ela e toda a secretaria executiva,
23 por ter organizado a reunião descentralizada. Eu acho que o Conselho Estadual de
24 Assistência Social de Minas deu a sua cota de colaboração para o debate nacional. Tem
25 muito aí da determinação e do compromisso da nossa secretária executiva e dos
26 membros da nossa secretaria executiva. Então eu vou passar para ela, para que ele
27 confira o quórum da nossa reunião. **CONSOLAÇÃO:** Já fiz a contagem. Tem quinze
28 conselheiros em condição de titularidade. **SIMONE:** Muito obrigada. Agora a gente vai
29 justificar as ausências. Tem alguma ausência justificada Consola? Eu vou justificar a
30 ausência do senhor Walter Figueiredo, da Federação das APAES; Da Silvana Célia, da
31 secretaria de educação; Da nossa presidenta, Maria Alves, que está de licença
32 maternidade; Da Maria do Carmo, do CMAS/Leopoldina; Também da Josiane, da
33 ACONEQUISTAC. Então, estão justificadas as ausências. O próximo ponto eu coloco
34 também como apreciação da nossa plenária. Nós temos um único ponto na nossa
35 plenária extraordinária, que é a proposta orçamentária do Fundo Estadual de Assistência
36 Social. Eu vou passar para a coordenadora da comissão, para ela conduzir aqui o nosso
37 ponto de pauta. Então Isabela, por favor, fique à vontade, você e toda a comissão de
38 financiamento. **ISABELA:** Boa tarde pessoal. A gente tinha conversado na plenária
39 passada sobre a necessidade que a comissão identificou de fazer uma reunião
40 extraordinária solicitando a plenária extraordinária hoje, por causa dos prazos legais que o
41 poder executivo tem para encaminhar a proposta orçamentária para o legislativo. Por
42 questões internas, a SEDESE não tinha conseguido apresentar a proposta antes ao
43 Conselho. A gente acordou que esse momento seria essa semana. Na segunda-feira a
44 gente fez uma reunião da comissão, que teve a minha participação, da conselheira Lúcia
45 e da Nilce. Os demais conselheiros não puderam comparecer, infelizmente, mas todos

46 justificaram. De qualquer forma a gente fez o debate dos pontos que tinham sido definidos
47 na plenária. Então a gente discutiu a proposta de LOA, a memória de cálculo que embasa
48 essa proposta, discutimos os dados que tinham sido pedidos de memória de cálculo de
49 atualização do Piso e das deliberações das conferências. A gente fez uma análise se o
50 orçamento está ou não contemplando as deliberações da conferência de 2015. Com base
51 nessa discussão que a gente fez, eu fiz algumas adaptações na apresentação aqui. Eu
52 espero que esteja um pouco mais completa. O que não estiver aqui fiquem à vontade
53 para fazer pergunta. Os dados que estiverem ali eu já mostro para vocês, senão também
54 a gente complementa sem nenhum problema. Pode passar, por favor. Então aqui é só
55 para dar uma lembrada de como que o orçamento do Fundo está organizado hoje. Ficou
56 meio desorganizado esse slide. RISOS. Mas é só para trazer uma memória. São três
57 programas que compõe o orçamento: A gente tem o programa Qualifica SUAS, com ação
58 de prestação continuada que hoje são executados os recursos do Capacita SUAS; A
59 Ação de Vigilância e Apoio Técnico, que é principalmente gestão e apoio técnico mesmo;
60 A gente tem o programa de Oferta de Execução Socioassistencial. Dentro desse
61 programa tem as ações orçamentárias relacionadas ao cofinanciamento. Então o Piso
62 Mineiro de Assistência Social fixo e o Piso Mineiro de Assistência Social variável; A oferta
63 direta dos serviços de proteção especial não regionais, que são as Casas Lares; A ação
64 de implantação dos serviços regionais; Uma ação de estruturação da rede
65 socioassistencial privada e pública; Uma ação orçamentária de transferência de renda; Aí
66 já vem uma novidade, que é a inclusão de uma ação de estruturação das medidas
67 socioeducativas de meio aberto. Então as outras já existiam, essa é nova. Com a reforma
68 administrativa feita pelo governo agora no meio do ano, as medidas socioeducativas de
69 meio aberto foram transferidas como responsabilidade da SEDESE. Antes elas eram
70 responsabilidade da secretaria de defesa social. Existe uma subsecretaria específica que
71 cuidava das medidas socioeducativas de modo geral, como a superintendência do meio
72 aberto e uma superintendência do meio fechado. Como o meio aberto, que são serviços
73 de LA e PSC, estão relacionados a serviços tipificados da assistência social, na reforma
74 administrativa isso veio de fato para a assistência. Então a partir do ano que vem a gente
75 vai contar com essa ação orçamentária e também com todas as responsabilidades e
76 atribuições que estavam previstas para essa superintendência antes. Então estão sendo
77 transferidas para a SUBAS. Depois a gente fala um pouco melhor em qual situação está
78 isso e como que está sendo feita essa discussão; E aí, por fim, a gente tem o último
79 programa, que é o Apoio ao Controle Social e Gestão Compartilhada do SUAS, que já
80 encistai. Ele tem uma ação de operacionalização da gestão compartilhada e participativa,
81 e uma ação da manutenção do Conselho e conferência de assistência social. O resto
82 mantém na estrutura programática do nosso orçamento. Agora a gente vai trazer as
83 metas financeiras, o recurso previsto para vocês conhecerem. A gente colocou cada ação
84 orçamentária com o recurso que foi aprovado no orçamento de 2016 em uma coluna. A
85 outra coluna é com o recurso limite que foi dado pela SEPLAG para gente organizar o
86 nosso orçamento para 2017. A terceira coluna é a proposta que a SUBAS fez com base
87 no orçamento que já tinha sido feito anteriormente. É o que a gente está pleiteando para
88 dentro do Estado. O limite é uma prática não é? Sempre nesse momento de planejamento
89 a SEPLAG encaminha o valor que cada área vai poder alocar o seu orçamento. Isso já
90 era feito nos anos anteriores. E aí o órgão tem a discricionariedade de dividir esse

91 orçamento que vem total dentro de cada uma das suas ações orçamentárias. Mas além
92 essa questão do limite, a gente tem também a possibilidade de tentar negociar para
93 dentro do governo, o pleito que a gente fala e a possibilidade de alocar mais recurso para
94 as áreas que a gente considera que são estratégias, que são importantes, onde o recurso
95 ficou insuficiente. Então o tempo todo a gente vai trazer aqui essa discussão para vocês.
96 E já para esclarecer logo de início, o nosso limite dado para construção do planejamento
97 para 2017 foi o mesmo valor que foi aprovado naquele decreto contingenciamento que a
98 gente conversou na plenária passada. Então a gente teve uma LOA aprovada, que tem
99 recurso próprio do Estado e recurso próprio do governo federal. No mês de abril foi
100 publicado um decreto definindo o limite para essa LOA, é o teto orçamentário. O Estado
101 pensou que iria arrecadar um tanto quando construiu o orçamento no final de 2015,
102 quando chegou 2016 ele viu que ia arrecadar tufo aquilo. Então ele fez um decreto
103 delimitado o limite de gastos para o próprio executivo. Dentro desse limite, o nosso
104 orçamento de recursos próprios caiu para 64 milhões. São esses R\$ 64 milhões de
105 recurso próprios da fonte 71, que é a fonte do fundo de erradicação da miséria, foram
106 replicados para o exercício de 2017. Para vocês terem uma noção, o nosso orçamento
107 estava de R\$ 100 milhões. Na previsão do PPAG, para o ano de 2017, era previsto
108 aumentar esse orçamento, pelo menos em R\$ 4 milhões. O limite veio menor que o
109 orçamento que a gente teria inicialmente previsto nesse PPAG. Essa é uma questão
110 importante para gente discutir aqui. Pode passar, por favor. Aí então passando para o
111 primeiro programa, que é o controle social: A gente tem a primeira ação orçamentária:
112 Operacionalização da gestão compartilhada do SUAS. Nessa ação só tem recursos do
113 fundo nacional, recursos de fonte 56; Para este ano, a gente tinha um valor previsto de R\$
114 50 mil; O valor do limite para a fonte 56 replicou. Não tinha tido corte no orçamento da
115 fonte 56. Na fonte 56 o limite que é definido pela SEPLAG ele é feito com base a
116 arrecadação que a gente prevê. Quando foi em abril a gente mandou para a SEPLAG
117 uma previsão de arrecadação para o ano de 2017. Nunca a gente imaginava que o
118 governo federal iria transferir IGD SUAS, IGD Bolsa Família, residência inclusiva, essas
119 coisas que a gente recebe do governo federal. Aí nesse caso não teria nenhuma
120 diminuição. A nossa proposta para 2017 é aumentar o valor dessa ação. Essa ação foi
121 pensada para construir as instâncias de gestão compartilhada, que vão ser o apoio, a
122 operacionalização da regionalização da proteção especial. Então junto com os CREAS, a
123 idéia é que sejam criadas essas instâncias para fazer aquela articulação, aquela gestão
124 do território na proteção especial. Na medida em que a gente está implantando os
125 CREAS, essas instâncias também vão sendo criadas. A gente previu um aumento dessa
126 ação para um orçamento de quase R\$ 130 mil, também e recursos do governo federal
127 para o ano seguinte. Depois eu vou mostrar a memória de cálculo, mas é basicamente:
128 Diária para as equipes dos CREAS, para as equipes da rede; Alguns recursos de coffe
129 break, pensando em fazer algumas reuniões ampliadas para chamar a rede toda e tal. A
130 segunda ação: Manutenção do CEAS e das conferências. Na ação do CEAS a gente tem
131 quatro fontes de recurso diferente: Recurso do tesouro, que é fonte 10 com o valor de R\$
132 3.455 para 2016. É o mesmo valor que veio no limite. É o mesmo valor que vai continuar
133 para 2017; A gente tem recurso de fonte 29, que também é arrecadação própria do
134 Estado, mas é aquele específico das taxas de usinas. A gente já conversou sobre isso,
135 que até o mês passado não tinha tudo nenhuma arrecadação nessa fonte, mas a

136 SEPLAG fez uma estimativa de arrecadação. A gente vai ter o orçamento, mas vai
137 depender que se de fato vai entrar dinheiro para gente poder gastar em 2017. Ali está 30
138 mil porque a gente diminuiu a arrecadação; Tem recurso de fonte 56, que é do governo
139 federal. Então em 2016 a gente tinha um orçamento de R\$ 112 mil. Houve uma ampliação
140 desse orçamento. Foi feita uma suplementação de 100 mil, porque os R\$ 12 mil não
141 foram suficientes para o planejamento que o Conselho fez. A nossa proposta é aumentar
142 mais para 2017. O Conselho já incluiu no seu planejamento aquela questão de ampliar o
143 contrato de gravação e degravação, para que todas as reuniões de comissão e mesa
144 diretora sejam gravadas e depois degavadas. Isso deu um impacto de R\$ 151 mil. Então
145 aumentou orçamento para R\$ 367 mil; E por fim, o recurso da conferência. A gente tem
146 um recurso de FEM na fonte 51; O limite que veio a gente tinha previsto R\$100 mil esse
147 ano; Dentro do limite ficaram R\$ 10 mil só. Mas na verdade, a gente tem uma
148 necessidade de R\$ 2.500.000.00 (Dois milhões e meio). Passa, por favor, Nilce. Ali são os
149 custeios do CEAS que eu falei com vocês; O aumento do contrato de gravação e
150 degravação; O valor da conferência. A gente pegou o valor que foi gasto em 2015 para as
151 conferências regionais e estadual e colocamos 10% de inflação pensando que vai ter um
152 aumento; E mais as passagens para as conferência nacional com um reajuste de 10% por
153 causa da inflação. VOZ AO FUNDO. É alto assim? É 10,6. Na verdade o acumulado de
154 2015 foi a referência que a gente usou. A previsão para 2016 é que abaixe até um pouco.
155 Mas seriam dois anos de inflação acumulada, não é? Aí daria esse orçamento total de R\$
156 2.901.000.00 (Dois milhões, novecentos e um mil) para o CEAS. Volta, por favor. Vamos
157 separa por fonte, fica melhor para gente analisar. Então quando a gente pega por fontes,
158 os recursos da fonte 56, o Estado já vai garantir. Dentro da arrecadação que tiver do IGD
159 ele vai destinar esse recurso para o Conselho. A parte dos recursos próprios, fonte 71, é
160 que a gente tem pleitear os R\$ 2.500.000.00 (Dois milhões e meio) para dar conta das
161 despesas das conferências para o ano que vem. Então ali já começa o nosso déficit, que
162 corresponde ao pleito, de 2.500.000.00. (Dois milhões e meio) Foi assim que a gente
163 encaminhou para a SEPLAG tá? Pode passar, por favor. Passa de novo. Aí aqui é só o
164 detalhamento daquela ação de gestão compartilhada que eu falei com vocês. Nessa ação
165 de gestão compartilhada, além essas instâncias novas, também está sendo executado o
166 recurso da CIB, que é uma instância de gestão compartilhada. Então é o custo da CIB
167 previsto para o ano que vem, mais o custo das diárias, coffe break e a impressão do
168 protocolo que vai ser construído também como instrumento dessa instância. É por isso
169 que dá o valor de R\$129 mil. Pode passar. Aí passando para o programa Qualifica SUAS.
170 A gente duas ações orçamentárias: Capacitação continuada. A gente está prevendo os
171 recursos necessários para o Capacita SUAS. O apoio técnico está todo na ação de baixo.
172 Esse ano a gente tinha um orçamento de 5.288.000.000.00 (Cinco milhões, duzentos e
173 oitenta e oito mil), sendo que R\$ 2.200.000.000.00 (Dois milhões e duzentos mil) de
174 recursos próprios do Estado, R\$ 3.000.000.000.00 (Três milhões) de recursos do governo
175 federal; O valor do limite: A gente está garantido esse recurso para a capacitação, por
176 quê? Por que o governo federal transfere aquele recurso do Capacita SUAS, mas ele é
177 um recurso de cofinanciamento. Então o Estado também tem que alocar recursos próprios
178 para arcar com as despesas envolvidas no Capacita SUAS. Para o ano que vem a
179 proposta é de aumentar esse recurso, por quê? Por que esse ano a gente já vai gastar
180 um bocado desse recurso do Capacita SUAS. Então não vai ter tanto para o ano que

181 vem. O Estado precisa alocar mais recurso; O custo previsto é de R\$ 6 milhões para dois
182 cursos no ano que vem. Pode passar, por favor, Nilce. A contratação das instituições de
183 ensino superior; A hospedagem; E a parceria com a Fundação João Pinheiro, que está
184 ajudando na gestão e no alinhamento com os professores. Está dando esse valor de R\$ 6
185 seis milhões. O Limite que a gente tinha de R\$ 2.200.000.000 (Dois milhões e duzentos
186 mil) de recursos próprios, na verdade, a gente precisaria de R\$ 3.800.000.000 (Três
187 milhões e oitocentos), o que dá um déficit de R\$ 1.500.000.000 (Um milhão e meio) Então
188 também a gente está pleiteando esse recuso para garantir todos os cursos do Capacita
189 no ano que vem; O recuso do governo federal ali é uma diminuição como eu falei. Para a
190 outra ação que é de vigilância e de apoio técnico. A gente tinha um orçamento de fonte 56
191 com: R\$ 791 mil de custeio; R\$ 100 mil de recurso de investimento; Como eu falei o limite
192 não alterou essa questão; A proposta para 2017 é a gente aumentar o valor previsto para
193 ação d apoio técnico, passar de R\$ 791mil, que na verdade somando ali dá R\$ 891 mil,
194 para R\$ 2.600.000.000 (Dois milhões e seiscentos mil) no ano que vem, por quê? Por que
195 no ano que vem a gente tem o início da supervisão técnica, então vai ter: Diária;
196 Deslocamento. A gente vai ter contratação de profissionais que vão ficar na equipe da
197 subas para desenvolver essas ações; Convênio com a AMM; E aumentar as ações de
198 apoio técnico. No ano que vem a gente vai ter um ano com novos gestores que vão
199 passar pelas eleições municipais agora. A gente está imaginando que vamos ter uma
200 inovação grande, tendo em vista esse momento político. Provavelmente nós vamos ter
201 vários novos gestores no ano que vem. Então também a gente está ampliando as ações
202 de capacitações para receber esses novos gestores e dar um apoio maior a eles. Ali está
203 como um déficit na fonte 56. Mas na verdade a gente arrecadando é só a gente
204 suplementar recurso. Não é tanto problema. O problema vai ser a gente arrecadar, como
205 eu vou mostrar aqui mais para frente. Pode passar, por favor, Nilce. Ali é o valor do
206 convênio da AMM. O de cima a gente j conversou. O de baixo é R\$ 208 mil. É o valor
207 previsto para o ano que vem. Pode passar. Essa planilha detalha os custos que eu falei
208 com vocês. Então tem os cursos dos nos profissionais para a equipe da SUBAS de área
209 de apoio técnico. Esses profissionais vão prestar os serviços da supervisão, tá gente?
210 Impressão de cartilha. No ano que vem a gente está penando em fazer uma cartilha
211 especifica sobre as questões dos benefícios eventuais. É uma fragilidade e a gente sabe;
212 E o desenvolvimento de sistema. Isso a gente teve pouca oportunidade de detalhar no
213 Conselho. A gente tem a intenção de aprimorar: Sistema do plano de serviço e do
214 demonstrativo da prestação de conta. Esse contrato é com a PRODEMG, que é caro! A
215 gente vai ter o aprimoramento do sistema do registro de entidade, que é com a diretoria de
216 cadastro das entidades; A gente também tem a intenção de aprimorar os sistemas da
217 central de acolhimento e do registro de violação de direito. Esses dois ainda estão em
218 construção, viu gente? Ali é uma previsão que a gente está imaginando para contratar
219 servidor na verdade, porque o sistema vai ser desenvolvido pela própria SEDESE. A
220 gente vai ter que comprar o servidor, que é tipo a caixinha que guarda os dados na
221 internet. E aí por isso aquele valor. Pode passar, por favor. Aí aqui é a nossa previsão de
222 arrecadação. A gente está imaginando que para fazer isso tudo a gente vai ter que
223 terminar de receber todos os recursos previstos para 2016. A gente vai receber todo o
224 IGD SUAS e IGD Bolsa, desse ano. O do Bolsa a gente tem até recebido mais ou menos
225 em dia. A gente está no mesmo nível que os municípios. O IGD SUAS a gente recebeu

226 R\$ 1 milhão atrasado de 2015. O referente ao 2016, a gente recebeu uma parcela, pelo
227 menos até a última consulta. Eu acho pouco provável, porque os municípios não estão
228 recebendo. Então a gente teria a expectativa de arrecadar quase mais R\$ 1 milhão, só
229 esse ano. A gente precisa desse dinheiro. E para o ano que vem, a gente arrecadaria
230 mais R\$ 1 milhão do IGD SUAS; R\$ 943 mil do IGD Bolsa; E R\$ 552 mil do PET. Então a
231 gente está contando com esse dinheiro. A gente está ressaltando isso pelo momento
232 político que a gente está vivenciando. A verdade é que a gente não sabe exatamente
233 como que vão estar as coisas no ano que vem, mas a gente precisa planejar. A gente
234 está planejando imaginando que o IGD vai continuar existindo. Então é em cima disso
235 Caso o cenário mude a gente obviamente traz para discutir com o Conselho, vê dentro
236 desse planejamento o que a gente mantém, o quê que não mantém e tudo mais. Pode
237 passar, por favor. Vocês fiquem a vontade para falar, tá gente? Depois do almoço é difícil
238 conversar sobre número, é chato, mas... Eu acho que pode ir perguntando, não? O quê
239 que vocês preferem? Ou no final? No final? Então tá, no final. Qualquer coisa no final a
240 gente toma a lâmina, se for necessário. Então, pode passar. Passando para o Piso
241 Mineiro. O Piso Mineiro Fixo é aquela primeira linha alí: A gente tinha um orçamento
242 aprovado de R\$ 58 milhões para esse ano; Dentro do nosso limite a distribuição ficou com
243 R\$ 45 milhões de recursos de fonte 71. O quê que é R\$ 45 milhões? Suficiente para
244 pagar dez parcelas. Isso é na verdade uma negociação constante que a gente está
245 fazendo. A nossa idéia é garantir todo o recurso, pelo menos as onze parcelas; A nossa
246 proposta ficou de R\$ 54 milhões. O valor de doze parcelas no valor atual, sem reajuste. É
247 o valor previsto em 2015. Qual que foi toda a lógica desse planejamento? É a gente tentar
248 garantir recursos para os compromissos que a gente já assumiu: Já foi aprovado o
249 programa Qualifica SUAS, já foram contratadas as instituições de ensino superior, já foi
250 contratada a hospedagem. Então a gente está garantindo recurso. No Piso Mineiro o
251 esforço é tentar manter a regularidade. A gente já está tendo dificuldade, como a gente
252 conversou na plenária passada. O esforço continua nesse sentido, de garantir os
253 compromissos que a gente já tem. A gente tinha um orçamento nesse ano de R\$
254 13.200.000.00 (Treze milhões e duzentos mil). Mas dentro do limite ficou garantido R\$
255 7.500.000.00 (Sete milhões e meio) para essa ação. A nossa proposta para 2017 é de R\$
256 12.500.000.00 (Doze milhões e meio). E aí o outro é da Casa Lar, mas eu volto daqui a
257 pouquinho Eu quero só mostrar a memória de cálculo. Passar, por favor, Nilce. Foi um
258 pedido da comissão que a gente trouxesse a memória de cálculo da atualização do Piso
259 Mineiro. O Piso Mineiro hoje, no valor de 2014... Em 2014 teoricamente gente foi
260 concedido um aumento. Antes o valor era de 1.80 por família cadastrada. Em 2014 virou
261 2.20. Só que em 2014 pouquíssimos municípios receberam o recurso. Então virou 2.20
262 vezes o número de famílias cadastradas no CADÚNICO na base de agosto de 2010, que
263 dava valor de cada município. Um total de R\$ 54 milhões para o Estado, para os 853
264 municípios. Com a atualização do CADÚNICO, pegando a base de março de 2015, o total
265 o Piso Mineiro daria R\$ 71, 7 milhões, quase R\$ 72 milhões, que corresponde um
266 aumento de quase R\$ 18 milhões no recurso do Piso Mineiro. Esse aumento ele tinha
267 sido escalonado. Então esses quase R\$ 18 milhões tinham sido divididos em quatro anos:
268 2016/2017/2018/2019, que é a duração do PPAG. Nesse ano a gente teve um decreto de
269 contingenciamento. Então estamos fazendo um esforço para conseguir pagar o valor
270 como ele está. Pode passar, por favor. A proposta que a gente está colocando alí é de

271 manter R\$ 54 milhões para 2017. Mas aí a comissão pediu para trazer: E se a gente
272 pegasse esses R\$ 17 milhões e escalonasse para os próximos três anos do PPAG? Qual
273 é o aumento que a gente precisaria ter na ação do Piso Mineiro? A gente precisaria
274 passar de R\$ 54 milhões para quase R\$ 60 milhões em 2017; Passar para R\$ 65,8
275 milhões em 2018; E atingir os R\$ 71,7 milhões em 2019. Então é um salto bastante
276 significativo que a gente precisaria fazer, sendo que a gente já está com um déficit de R\$
277 9 milhões. É só para lembrar isso. Pode passar, por favor. Aí é do Piso Variável: Como
278 aquele valor de R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e meio) foi calculado; A gente tem o valor
279 anual da série histórica e dos termos de aceite do governo federal, que é o mesmo cálculo
280 de 2016 que corresponde a R\$ 8 milhões; A gente está prevendo um cofinanciamento
281 para as equipes volantes da estratégia de combate a pobreza rural, que foi lançada pelo
282 governador Pimentel no finalzinho de julho. Então uma parte dentro da assistência social
283 a estratégia que vale é o cofinanciamento para as equipes volantes. A gente está
284 prevendo em criar um componente do Piso variável específico para os municípios que vão
285 ser contemplados neste programa. São municípios que concentram a pobreza rural. E aí
286 e ideia é começar com 41 municípios ainda neste ano, manter esses 41 no ano que vem e
287 aumentar mais 41 em setembro do ano que vem. O outro seria o cofinanciamento da
288 referência da proteção especial. Vocês vão lembrar que está até lá no PPAG. Naqueles
289 R\$ 13 milhões a gente a tinha esse recurso. Só que a gente está sem previsão para
290 liberar ele esse ano. Mas para o ano que vem a gente quer garantir, porque isso faz parte
291 da estratégia da universalização da proteção especial. É levar essa referência da
292 proteção especial para os municípios de pequeno porte I; A gente está prevendo em
293 pagar R\$ 2 mil por mês para 64 municípios. Ali está o valor de doze parcelas. VOZ AO
294 FUNDO. Não. A série histórica é o valor de 2017. É o que eu quis dizer. É o valor todo
295 que está colocado ali, não é? Ficou confuso não é? Mas eu quis dizer isso. É o valor para
296 2017. É o valor dos doze meses de 2017. Aí daria esses R\$ 12.500.000,00 (Doze milhões
297 e meio). Passando para o cofinanciamento da oferta indireta, as Casas Lares, que
298 acolhem as pessoas da extinta FEBEM. Qual que é a proposta? Volta lá naquela inicial,
299 por favor, Nilce. A gente tem R\$ 360 mil que é de recurso do governo federal, porque o
300 Estado tem o “Residências Inclusivas” e é aquele valor que a gente recebe. O restante é
301 de recursos próprio do Estado, que é para as demais Casas Lares que a gente tem
302 conveniadas. É um valor de R\$ 7.326.000,00 (Sete milhões trezentos e vinte e seis mil),
303 que foi aprovado para 2016. É o valor dentro do limite que a gente garantiu. A gente tem
304 recebido, não é de hoje, diversas solicitações das entidades conveniadas com o Estado
305 para reajustar esse valor. Esse valor foi acordado no ano de 2013, que foi quando o
306 Estado fez convênio de duração de cinco anos com essas entidades. Então de 2013 para
307 cá, já se passou um tempo grande com uma inflação super alta. Teoricamente esse
308 recurso seria para manter a entidade toda. É aquilo o que a gente já conversou algumas
309 vezes. A ideia seria que o recurso do Estado mantivesse tudo porque tem pessoas sob
310 responsabilidade do Estado lá. Pode voltar lá na frente, por favor, Nilce. Então a gente
311 está propondo um reajuste de 10,6%, que é o IPCA acumulado, o que corresponde a um
312 aumento de R\$ 781 mil. Então a gente está pleiteando os R\$ 781 mil de recursos próprios
313 para essa ação e para tentar garantir esse aumento para as Casas Lares. Pode passar.
314 Aí vem a regionalização: No plano de regionalização inicialmente a gente tinha previsto a
315 implantação de dez CREAS regionais esse ano. Pelo andar da carruagem, a previsão é

316 que a gente não vai conseguir implantar todos os dez nesse ano. A expectativa é que a
317 gente consiga implantar seis e dois serviços de família acolhedora. A gente tem uma meta
318 de seis famílias acolhedoras no total para ser implantadas; Para o ano que vem, ficaria
319 uma meta muito grande. Se a gente repasse tudo para ano que vem, ficariam dez CREAS
320 para implantar em um ano só. A gente sabe que é muito complicado e muito difícil de
321 operacionalizar. Tendo em vista isso, a questão operacional mesmo, a logística, e tendo
322 em vista o cenário de restrição orçamentária do Estado, no nosso caso o limite da
323 distribuição está R\$ 2 milhões para a regionalização; O curto que a gente estimou de
324 recursos próprios, a gente precisaria mais ou menos de R\$ 10.500.000.00 (Dez milhões e
325 meio). Com esse custo, a gente está pensando em manter os seis CREAS que a gente
326 está querendo implantar este ano e implantar mais quatro CREAS no ano que vem,
327 totalizando dez até o final de 2017. Dez CREAS regionais mais aqueles quatro
328 municipais. Então daria a meta de onze. Para esse ano a gente tinha R\$ 4.500.000.00
329 (Quatro milhões e meio) de recursos próprios para a regionalização; No limite R\$ 2
330 milhões. Dentro o cronograma, para esse ano seria o suficiente. As equipes vão chegar é
331 agora, no final desse semestre. Então esse recurso seria suficiente; R\$ 1.700.000.00 (Um
332 milhão e setecentos mil) que estavam no limite para os cursos do governo federal. Para o
333 ano que vem qual foi o custo que a gente estimou? Daria R\$ 14 milhões, contando com
334 seis implantados esse ano, quatro implantados no ano que vem, dois serviços de família
335 acolhedora, quatro serviços de família acolhedora no ano que vem, mais o serviço de
336 adulto e família, é aquele migrante. Pode passar, por favor, Nilce. Ficaria assim: Seis mais
337 dois esse ano. Ali até já tem os municípios ou os territórios. Por que seriam esses dez?
338 Esses dez são os que foram pactuados no plano de regionalização. Os outros ficaram
339 para pactuação futura dos municípios e do território certinho. Então aquilo ali seria a
340 gente garantir o que está de fato pactuado e garantir o que está pactuado no termo de
341 aceite com o governo federal. Com o governo federal a gente tinha quem implantar nove
342 mais os quatro municipais. O secretário André já tinha garantido mais um totalmente do
343 Estado. VOZ AO FUNDO. É um família acolhedora, entendeu? É porque ali não está
344 parecendo. São os seis territórios e em baixo o família acolhedora: Almenara e Peçanha.
345 O família acolhedora vai está no mesmo prédio, na mesma casinha que o CREAS. Os
346 municípios necessariamente não coincidem todos. O família acolhedora tem uns tem uma
347 área de abrangência até um pouco maior. O CREAS não, por causa daquele limite. A
348 própria resolução do CNAS fala dos municípios, da população. VOZ AO FUNDO.
349 Januária ou Manga vão ser trazidos para discutir no Conselho. Por que Januária ou
350 Manga? Lá no plano foi indicada Januária. O MP encaminhou uma solicitação que vai ser
351 discutida na CIB sexta-feira, que é de mudar a sede do CREAS regional para Manga.
352 Manga foi o município que despontou com maior vulnerabilidade. VOZ AO FUNDO. A
353 comarca é de Manga. A sede vai ficar em Januária por questões de facilitar a
354 implantação. VOZ AO FUNDO. Ah! Então vamos deixar para depois? Então tá. Mas isso
355 também vai ser discutido aqui no Conselho tá? Ali está território metropolitano é porque o
356 município que foi indicado lá no plano saiu do território metropolitano, porque tiveram
357 alterações depois do fórum nos municípios que fazem parte da composição do território.
358 Então isso também vai ser trazido para repactuação na CIB e aprovação no CEAS. Então
359 ficariam sete CREAS regionais. Passa mais um, por favor. Esse aí é tipo a memória de
360 cálculo. É só para vocês terem uma noção de tudo o que a gente está incluído para

361 chegar nesses R\$ 14 milhões: Tem o valor da equipe técnica. Aí estamos pensando
362 escalonada, primeiro o coordenador, depois a equipe técnica; Diárias. Como esses
363 profissionais não vão trabalhar nos municípios sedes onde eles estão lotados, eles vão ter
364 que receber diária e eles vão viajar muito. Então é um valor alto; Locação do imóvel;
365 Material de consumo do CREAS. São aqueles materiais educativos e de escritório;
366 Despesa com gasto público: Água, luz, telefone e internet; Veículos alugados. Dentro
367 daquela equipe já está previsto motorista; Material de custeio para o família acolhedora;
368 Material permanente. Uma parte já tem no almoxarifado da SEDESE, mas outra parte vai
369 ter que ser comprada para equipar os CREAS; Pagamento de benefício para o família
370 acolhedora. No ano que vem as equipes vão começar a receber as famílias. Então elas
371 vão começar a receber os benefícios; Plano de comunicação. Vai ter que ter uma
372 divulgação do CREAS e principalmente do família acolhedora; Cofinanciamento dos
373 CREAS já implantados. Essa planilha traz os dados desde 2016 a 2018. Esse ano
374 estamos pagando os CREAS que estão reordenados. Para 2017 está incluído tudo em
375 todas as outras linhas; Cofinanciamento para os CREAS municipais; E o serviço
376 regionalizado para adultos e famílias, que vai ser de execução direta. A gente está
377 prevendo para agosto do ano que vem. Então deu esse valor de R\$ 14 milhões. E aí o
378 nosso pleito ficou de R\$ 10.500.000.00 (Dez milhões e meio). Não é de R\$10 milhões.
379 Volta lá Nilce, por favor. A gente fez a estimativa de arrecadação do governo federal. Se
380 a gente implantar tudo bonitinho, do jeito que a gente está pensando, a gente deve
381 arrecadar do governo federal R\$ 4 milhões no ano que vem para o cofinanciamento do
382 serviço regionalizado. Para o MDS, a comprovação é o que? CADSUAS, igual é para os
383 municípios. Então contratou a equipe e tem endereço, põe lá e comprovou a implantação.
384 E aí a gente começa a receber o recurso. Então a gente tirou aqueles R\$ 4 milhões alí e
385 jogamos o resto de recursos próprios. Então dá um pleito de R\$ 8.400.000.00 (Oito
386 milhões e quatrocentos mil) pelos CREAS regionais. A próxima ação é a estruturação da
387 rede socioassistencial privada e pública. Essa estruturação da rede é aquela ação nova. A
388 gente previu para fazer repasse para as entidades para estruturar mesmo e para
389 aquisição de veículos. A gente tinha previsto um orçamento de R\$ 2.500.000.00 (Dois
390 milhões e meio) em investimento para esse ano. Foi um recurso totalmente
391 contingenciado. No nosso limite não veio o investimento para recursos próprios do
392 Estado. Então a gente está mantendo uma janelinha alí de R\$ 10 mil. O quê que a gente
393 está pensando é de o Conselho e a SEDESE buscar articulação para conseguir emenda
394 parlamentar da comissão de participação popular, mas pode ser de parlamentares
395 individuais também, para compor aquela ação e a gente conseguir fazer. A gente até já
396 conversamos com vocês. A gente tem uma proposta de um programa construída. A Maíra
397 e a Simone já falaram um pouco, só que a gente precisa do recurso. Dentro das
398 prioridades, como a idéia é manter os compromissos já assumidos, a priorização para
399 alocação dos recursos ficou nas outras ações orçamentárias. E por fim, a última ação é a
400 ação de transferência de renda: A transferência de renda tinha esse ano um orçamento
401 de R\$ 6 milhões. Esses R\$ 6 milhões tinham sido calculados como? O governo anterior
402 tinha o programa travessia. Dentro do programa travessia, existia um projeto que
403 chamava “banco travessia.” Eu não sei se vocês lembram. O banco travessia o que era?
404 Ele fazia um acordo com as famílias, uma espécie de contrato. A família ao aderir o
405 programa ela fazia jus de travessia, que depois seriam convertidas em dinheiro, para

406 fazer ação de qualificação profissional e de educação. O Estado já tinha adesão de nove
407 mil famílias no governo anterior. Então é um compromisso que passou para o governo de
408 hoje. E aí a gente R\$ 6 milhões previstos para pagar esse ano. Esses R\$ 6 milhões uma
409 parte foi empenhada. A gestão toda está na assessoria de projetos especiais. Aí o
410 travessia ficou em um período de análise jurídica de como que iria operacionalizar isso.
411 Então a assessoria de projetos especiais está cuidando. Eu não sei dá grandes detalhes.
412 Mesmo a gente pegar os R\$ 6 milhões esse ano, a gente tem mais pessoas que fizeram
413 adesão para pagar ano que vem que dá esse valor de R\$ 5 milhões que está ali. Entrou
414 como pleito R\$ 5 milhões para honrar esse compromisso com as famílias que tinham
415 aderido o programa. Pode passar, por favor. Aquela ali foi a previsão de arrecadação. Eu
416 falei R\$ 4 milhões, mas é R\$ 3.400.000.00 (Três milhões e quatrocentos), que a gente
417 previu para poder arrecadar de fonte 56 para regionalização. Pode passar, por favor. Aí
418 das medidas socioeducativas. Então o quê que acontece? Essa ação veio pela reforma
419 administrativa em termos formais, mas na prática ainda não está lá na SUBAS. Então vai
420 ser feita uma equipe de transição para fazer todo esse processo de gestão. A gente está
421 ainda planejando os recursos para essa ação, por quê? Lá pelo PPAG essa ação
422 orçamentária tem um recurso de R\$2.300.000.00 (Dois milhões e trezentos mil). Só que
423 dentro desse limite, a gente não sabe lá dentro da SEDS quanto que ficou o limite para
424 essa ação orçamentária. A gente está articulando com a SEPLAG para garantir que a
425 ação vai vim, mas vai vim só quando tiver dinheiro. Não vai ter que ser distribuída dentro
426 dos R\$ 64 milhões que estão colocados para gente. Então a articulação está sendo feita
427 nesse sentido. E aí pensando que a gente vai conseguir os R\$ 2.300.000.00 (Dois
428 milhões e trezentos mil), a gente trouxe só para vocês terem um cenário de como que
429 está a medida socioeducativa no Estado hoje. Pelo Censo SUAS 2015 a gente tem: 241
430 CREAS em 226 municípios; Desses 226 municípios, 207 informaram possuir o serviço de
431 medida socioeducativa; Mas desses 207 que tem o serviço de medida socioeducativa,
432 101 recebem cofinanciamento federal. Aí também já dá uma base para gente poder tentar
433 imaginar como que esses recursos poderiam ser investidos. O quê que a gente tem
434 discutido? Esse recurso hoje é repassado na SEDS via convênio para os municípios. A
435 ideia obviamente é passar fundo a fundo. Não tem sentido a gente fazer convênio. Só que
436 para isso, a gente vai ter que entender quantos convênios que existem, qual a vigência,
437 qual que é o objeto, qual que é o valor, para gente poder ter um cenário mais certo. Mas
438 pensando que os municípios tenham o serviço mesmo e tal, a gente transformaria esse
439 cofinanciamento em Piso variável. Então a execução orçamentária seria nessa ação, para
440 dar visibilidade. Ele seria transferido como Piso variável dentro do modelo de
441 financiamento que existe no Estado hoje. E aí a gente pensaria... Não sei. A proposta está
442 sendo pensada, de passar o recurso que o governo federal passa de R\$2.200.000.00
443 (Dois milhões e duzentos) por mês para um grupo de pessoas. Se a gente for passar esse
444 valor pensando no orçamento de R\$ 2 milhões, a gente conseguira contemplar 87
445 municípios ano que vem. Mas, isso tudo ainda está sendo desenhado. Mas é o caminho
446 que a gente está indo. E obviamente, tendo um recurso novo no fundo, vai ser trazido
447 para critério de partilha para discussão tanto na CIB quanto no CEAS quanto que seria
448 para cada município, quais municípios e por aí vai. Pode passar, por favor. E aí para
449 fechar: Cenário global. Então de recursos próprios para o FEAS a gente tem dentro do
450 limite R\$ 64 milhões; No governo federal dentro do limite a gente tem R\$ 8.300.000.00

451 (Oito milhões e trezentos). Foi aquele recurso que eu falei com vocês que a gente estimou
452 que iríamos arrecadar. Mas a gente pode usar o saldo que vai ter um pouquinho deste
453 ano, mais o recurso do ano que vem suplementar, se for necessário; Um valor planejado
454 para o CEAS é o total de R\$ 107.800.000.00 (Cento e sete milhões e oitocentos mil). Aí é
455 somando recursos próprios e do governo federal; E um déficit que a gente está
456 negociando de R\$ 32.295.000.00 (Trinta e dois milhões duzentos e noventa e cinco mil).
457 Então do nosso limite de R\$ 64 milhões, nós estamos pleiteando mais 50% de aporte de
458 recurso para o FEAS dentro dessa proposta que a gente apresentou. Agora eu quero
459 discutir com vocês. Simone e Máira querem complementar alguma coisa? **SIMONE:** Eu
460 só quero reforçar duas coisas. Primeiro, o debate que a gente está fazendo na SEDESE é
461 isso o que a Isabela falou. Nós temos compromissos públicos, compromisso com o
462 Conselho, compromisso com a conferência, do que foi acordado aqui. Esses
463 compromissos nós estamos mantendo na nossa disputa, vamos dizer assim, dentro do
464 nosso orçamento do Estado. Nós temos compromissos com os municípios não é? Eu
465 quero reforçar isso o que a Isabela falou. Na verdade a gente já pagou 2015 o piso fixo
466 que nós assumimos o reajuste. Então já assumimos um reajuste. Esse compromisso a
467 gente leva muito a sério e estamos lutando bastante por ele. Temos também um
468 compromisso com as famílias. Esse também foi um debate enorme: “Ah! Mas vai manter
469 o travessia?” Vamos manter. O Estado tinha um compromisso com as famílias. Nós não
470 podemos abrir mão disso. E também, temos um compromisso com as entidades. São as
471 entidades que ofertam, mas a responsabilidade da oferta para as pessoas com deficiência
472 que estão nessa rede é do governo do Estado. Então são esses três compromissos.
473 Outra questão muito importante que eu também faço questão de registrar, que não tem na
474 nossa proposta, é o Piso fixo para pagar tudo. Não é isso. Não é o Piso fixo para pagar
475 tudo. Tem uma proposta de que a gente vá também aumentando os recursos a partir dos
476 outros tipos de financiamento. Eu quero chamar a atenção do Conselho para um equívoco
477 que a gente sempre comete, não por acaso. Por que tem propostas aqui que a gente está
478 trazendo que ainda não passou pelo critério de partilha. Eu quero chamar a atenção. Nós
479 estamos planejando. Para fazer um planejamento a gente precisa abstrair muitas vezes.
480 Então não significa que serão 78 municípios para o cofinanciamento das medidas de meio
481 aberto. Significa que nós tínhamos que pensar em uma lógica. A disputa orçamentária ela
482 requer também a lógica. Nós temos que mostrar estudo de custo, temos que mostrar que
483 nós temos planejamento, que nós temos informação, que a gente sabe do que estamos
484 falando, senão a gente fica muito fragilizado na disputa dentro do próprio governo. E a
485 outra questão que ainda não veio aqui e o que está valendo é o que foi deliberado pelo
486 Conselho Estadual, que é o CREAS do território norte. Deveria até tirar ali o nome do
487 município para gente colocar território norte, por quê? Eu como coordenadora da CIB
488 recebi uma solicitação do MP. E ao receber essa solicitação, eu vou levar para a CIB. Não
489 significa que vai ser município A e nem que vai ser município B. Significa que o que está
490 prevalecendo é a decisão do Conselho. E é lógico não é gente, só vai mudar se o
491 Conselho concordar e mudar, mesmo que a solicitação seja do MP tá? Eu só queria fazer
492 esses esclarecimentos para gente ter clareza da proposta. **MAÍRA:** Boa tarde gente. Eu
493 tenho dois comentários, o primeiro é com relação às medidas socioeducativas. A gente
494 nem iniciou de fato o processo de transição, porque está na discussão da reforma
495 administrativa. Mas com a Simone disse, a gente precisava pensar em alguma lógica de

496 financiamento. A gente tentou inclusive verificar como que estava isso lá na SEDS. A
497 gente sabe que a execução orçamentária dessa ação está em torno de 35%, porque a
498 SEDS tem um convênio com os municípios para fomentar as vagas do meio aberto. A
499 gente sabe que a lógica de convênio com o município, se o município estiver com alguma
500 dificuldade no INSS, não vai receber. Uma coisa é colocar na lógica do SUAS no ponto de
501 vista do cofinanciamento. Então em nenhum momento a gente pensou em manter os
502 convênios. A gente vai ter que montar uma proposta e discutir coletivamente como que
503 nós mudar esse modelo de financiamento. Na lógica convenial do SUAS, nós já
504 superamos essa lógica, considerando que é um serviço continuado, tipificado, enfim.
505 Então a gente precisou rapidamente de pensar em uma proposta. E as outras questões
506 serão mais de ordens metodológicas e de concepção da política. Isso também a gente vai
507 amadurecer a partir dessa transição, mas também a partir dos princípios do SUAS. A
508 outra questão é em relação aos CREAS regionais. Nós tivemos o plano de regionalização
509 revisado em 2015. Então o plano foi revisado e aprovado pelo Conselho no meio de 2015.
510 Mas a gente já tinha metas para a implantação de CREAS já em 2015. O processo de
511 implantação de equipamento ele é um processo que é moroso, mas não moroso no
512 sentido de que não esteja sendo feito, mas no sentido de que são muitos processos.
513 Inclusive quando a gente vai implantar equipamentos a gente tem que discutir a sede,
514 onde que vai ser, o aluguel, a acessibilidade, enfim. Todas essas questões que
515 relacionam a implantação de um equipamento. Então como a Isabela disse, nós temos
516 uma expectativa de implantação esse ano ainda. Nós estamos reprogramando as metas,
517 inclusive as que vieram de 2015 para 2016, que foi o ano de aprovação do plano. No ano
518 da aprovação do plano não teve a implantação de serviço. Então na verdade nós estamos
519 assumindo algumas metas que eram de 2015, as de 2016 estamos em compartilhando
520 2017 e 2018. Eu quero compartilhar com vocês essa lógica do planejamento,
521 considerando o que foi aprovado no plano de regionalização também. **GEISIANE:** Tem a
522 inscrição do conselheiro Volney. Tem mais inscrições? **VOLNEY:** Eu não estou me
523 lembrando se o gestor informou aqui para este Conselho dessa atraso do IGD do governo
524 federal. Eu não estou lembrado. Nós estamos no oitavo mês de 2016. Eu,
525 particularmente, não me lembro de ter sido informado deste atraso. Eu gostaria que esse
526 Conselho oficiasse o CNAS pedindo uma explicação. E mais uma vez eu acho que a
527 comissão de orçamento tem que ficar mais atenta gente! O que move a política é dinheiro.
528 Não vamos ficar na ilusão. O que move o mundo é dinheiro! Precisa de dinheiro para
529 tocar a política. Então nós já estamos no final de agosto. Os demais conselheiros
530 lembram deste detalhe? Eu não me lembro de ter sido informado que esse IGD estava
531 atrasado pelo governo federal. Alguém lembra? Por que eu não lembro! Eu não estava
532 sabendo disso aqui! Eu acho um absurdo no oitavo mês do ano só hoje eu estou sabendo
533 que o IGD não estava sendo repassado. Então é esse o meu registro. Eu queria pedir que
534 a gente deliberasse por oficial o CNAS para pedir explicação. Eu acho isso muito grave
535 gente! São oito meses sem o repasse do recurso federal! **ISABELA:** Volney, na prestação
536 de conta a gente informou. Lá na prestação de contas tem inclusive o campo mês a mês
537 do recurso que é depositado nas nossas contas. A gente detalhou mais em baixo
538 qualitativamente qual parcela que ela correspondia. Eu me lembro de a gente contando
539 que foi R\$ 1 milhão. Foi logo antes da ministra Tereza Campelo sair. **VOLNEY:** Então
540 talvez... **ISABELA:** É porque é muita coisa. **VOLNEY:** Então eu gostaria que a gente

541 oficiasse. Vocês concordam? Dá para deliberar gente? **SIMONE:** Eu quero só
542 complementar a proposta do Volney. O problema do governo federal falado aqui pelo
543 presidente do Conselho Nacional é um pouco mais grave gente. O governo federal não
544 tem orçamento. É diferente. O orçamento vai até setembro. O presidente do Conselho
545 Nacional falou isso ontem aqui, com todas as letras. Então eu acho que a gente não tem
546 que falar só do atraso não. Nós temos um problema de atraso e temos um problema que
547 a partir de outubro não tem orçamento para repassar. Mesmo se tiver o financeiro, não
548 tem o orçamentário. **VOLNEY:** Mas eu acho que seria interessante a gente oficial, não é?
549 Uma outra dúvida minha. Vocês estimaram um custo para contratação dos novos
550 profissionais para essa supervisão técnica de R\$ 1.824.000,00 (Um milhão oitocentos e
551 vinte e quatro mil). Essa base é hora/aula? É salário? É tudo isso? Tem uma previsão de
552 quantos profissionais? Como que é isso? **ISABELA:** É porque não é só supervisão
553 técnica não é? **VOLNEY:** Sim. **ISABELA:** Do jeito que eu falei ficou parecendo que era.
554 Mas não é só supervisão técnica. É a supervisão técnica, é um reforço para diretoria de
555 gestão do fundo. Como vocês sabem a gente está com atraso nas análises das
556 prestações de conta desde 2012. **SIMONE:** Não fala isso no microfone não minha filha.
557 **RISOS** Corta isso da ata! **RISOS** **ISABELA:** E para reforçar a própria equipe de proteção
558 especial, porque tem que ser criada essa central de acolhimento. A gente precisa
559 inclusive profissionais da tecnologia de informação para ajudar a desenvolver os
560 sistemas. E para fazer essa gestão dos serviços regionalizados. A informação que eu dei
561 ficou incompleta, não é? Mas é para mais profissionais. **SIMONE:** Volney deixe-me ajudar
562 um pouquinho. Na verdade a gente está trabalhando com dois parâmetros. Um parâmetro
563 é: Se os profissionais que a gente utilizar for contratado, aí a gente utiliza o parâmetro que
564 o governo do Estado utiliza. Alguns profissionais são com parceria com a AMM. Se for
565 com entidade, é com os parâmetros dela, entendeu? Esse é o parâmetro de cálculo que a
566 gente está utilizando. Qual foi a sua outra pergunta? **ISABELA:** Essa agora foi só sobre
567 os profissionais. **SIMONE:** É o parâmetro que a gente está utilizando. E é claro, não pode
568 destoar demais dos parâmetros que o governo do Estado utiliza. **VOLNEY:** A outra dúvida
569 minha é o seguinte. O valor de R\$2.952.000,00 (Dois milhões novecentos e cinquenta e
570 dois mil) é para as equipes volantes de 41 municípios? Mais 41? A minha outra dúvida. O
571 serviço de família acolhedora são quatro serviços de família acolhedora, quer dizer,
572 quatro municípios? Traduz isso para mim. É porque foi colocado quatro serviço de família
573 acolhedora. Isso é para quantos municípios? Eu entendi quatro municípios, é isso?
574 **ISABELA:** Não. Em relação à equipe volante, o valor mensal previsto é de R\$ 4.500
575 (Quatro mil e quinhentos) por município. Por isso que aparece esse valor alto, não é? Que
576 é o valor mínimo que o governo federal repassa para a equipe volante. Ali está previsto no
577 valor de R\$ 2.400: doze meses para 41 municípios que começariam no valor de R\$ 4.500
578 (Quatro mil e quinhentos), mais por quatro meses para 41 novos municípios, no valor de
579 R\$ 4.500 (Quatro mil e quinhentos). Em relação o família acolhedora, é que o serviço tem
580 uma abrangência maior. Tem serviços de família acolhedora que vai abranger oito
581 municípios, depende do território. Mas é no mínimo quatro. Não tem nenhum que tem
582 menos de quatro municípios, alguns têm mais. Lá no plano de regionalização tem
583 certinho. Tem quais os municípios que são e quantos para cada serviço. Uma explicação
584 que surgiu na comissão que a Lúcia perguntou, as equipes são proporcionais. Tem
585 CREAS que têm só dois municípios, a sede e mais um. Tem CREAS que tem oito, o sede

586 mais sete. Então também a equipe é proporcional, com motorista e tal. **WILLIAM:** Boa
587 tarde gente. Isabela, eu sou bastante leigo nessa área de financiamento. Me chamou a
588 atenção um tema que estamos discutindo aqui em BH sobre os “Centros Dias” no
589 variável. Foi isso o que você citou, não é? A gente está tentando um esforço em aumentar
590 esse recurso em Belo Horizonte. É um fomento muito grande aqui no município. Esses
591 “Centros Dias” são para idoso e para deficiente? Ou é para um ou para outro? Eu queria
592 ver com os conselheiros, com você também, a necessidade de aumentar esse recurso de
593 alguma forma. Foi citada a emenda parlamentar e tal. Então é só uma provocação.
594 **ISABELA:** William, esse recurso que eu citei é só para o “Centro Dia” de BH. Por que BH
595 fez um termo de aceite com o governo federal. Aí o Estado entrou com 50% no mínimo
596 desse valor. O que ficou combinado é que seriam 50%. Belo Horizonte já tinha recebido
597 enquanto estava implantando um ano e pouco de parcelas, só que o serviço não estava
598 funcionando. E aí foi acordado com a prefeitura que o repasse do Estado seria paralisado,
599 igual o do governo federal foi. E após demonstrada a implantação, BH está usando o
600 recurso que já tinha sido repassado pelo Estado. A gente volta a pagar Belo Horizonte
601 50% do valor federal a partir de outubro deste ano. E aí para o ano que vem, a gente está
602 prevendo os doze meses tá? Então são esses 50%, que se eu não me engano é R\$ 10
603 mil. Eu acho que vão R\$ 20 mil do governo federal. Agora eu não estou lembrando se são
604 R\$ 20 mil ou R\$ 30 mil, mas são 50% do valor que o governo federal passa para o
605 município. É o único que a gente cofinancia. Aí entra nessa lógica quer a gente está
606 conversando. Eu acho que pleitear recurso na ALMG é sempre uma boa emenda
607 parlamentar. Mas dentro da lógica, essas prioridades do Piso variável o que a gente tem
608 discutido é isso. É como a Simone falou, nós vamos trazer para pactuar. Mesmo esse
609 planejamento de 41 municípios da equipe volante, e da referência na especial, a gente
610 não trouxe critério de partilha ainda. A gente está planejando com memória de cálculo.
611 Isso pode mudar. Aí vai das prioridades que forem definidas pelos gestores e pelo CEAS
612 também junto com o governo estadual. **CRISTIANE:** É só para entender o porquê a
613 Simone está colocando essa questão do governo federal. Ontem, infelizmente, eu não
614 pude estar presente por questões de saúde, e perdi. Eu só quero entender essa questão
615 do orçamento. Isso me deixa preocupada, sabe por que, Simone? Por que a gente está
616 aqui sentado pensando no orçamento de 2017, certo? Em que momento foi que o CNAS
617 fez a parte dele? Eu entendo que isso é papel de Conselho garantir que isso aconteça, ou
618 pelo menos ter registrado que tentou. Isso me deixa muito indignada enquanto
619 conselheira! A gente está aqui, foi pedida uma plenária extraordinária para discutir, para
620 sentar, para garantir. A gente fica em conferências regionais, conferências municipais, o
621 todo falando em garantir orçamento. E como que Conselho Nacional permite a não
622 garantia do orçamento gente? Como que a gente pode sentar e ouvir isso
623 tranquilamente? Isso não é possível. Nós estamos em 2016. Isso não é possível não ter
624 orçamento garantido! Isso é falta de trabalho, de serviço! Não! Isso é indignante!
625 **GEISIANE:** Rose, por favor. **ROSILENE:** Isabela, tanto você, quanto a Simone,
626 esclareceram a minha dúvida. Na verdade é isso mesmo. A informação que tinha é que
627 era Januária...O RESTANTE DESSA REUNIÃO NÃO FOI GRAVADA. OCORREU UM
628 PROBLEMA NO EQUIPAMENTO. ASSIM RELATAMOS AS DELIBERAÇÕES: a)
629 encaminhar ofício para o Governo Federal (MDSA) sobre o atraso parcelas do repasse do
630 cofinanciamento destinado ao Fundo Estadual de Assistência Social de Minas Gerais e

631 aos Fundos Municipais de Assistência Social, referentes aos Pisos de Proteção Social
632 Especial de Média e Alta Complexidade, ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
633 (PETI), bem como os dos índices de gestão descentralizada do SUAS e do Programa
634 Bolsa Família (IGD SUAS-E e IGD PBF-E). Ainda, sobre a ausência de orçamento e
635 sobre o impacto dessas questões para o Estado e para os Municípios; b) propor
636 discussão com o Ministério Público sobre a questão das ofertas continuadas dos serviços;
637 c) fazer gestão junto à ALMG, articulação para aprovação do orçamento proposto para o
638 FEAS; agendar reunião da Comissão de Orçamento e Financiamento do CEAS,
639 juntamente com a Mesa Diretora com o Deputado Estadual André Quintão; d) discutir na
640 Comissão de Orçamento a possibilidade de leis de incentivo para a assistência social;
641 considerar na discussão a CEMIG, a COPASA e a Loteria Mineira; e) solicitar ao
642 COGEMAS que paute o debate sobre o financiamento da assistência social, considerando
643 a falta do orçamento do governo federal a partir de outubro do corrente ano. E sobre o
644 financiamento estadual. Talvez um evento maior para essa discussão. F) aprovação
645 unânime da proposta orçamentária do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS,
646 referente ao exercício de 2017.

NOME	ENTIDADE/ORGÃO	ASSINATURA
Cristiane Felipe	IMSNS	
Erica Andrade Rocha	CRP/MG	
Gesiane L. soares	CÁRITAS/MG	
Isabela de V. Teixeira	SEDESE	
Isac dos Santos Lopes	ASQUIS.	
Leonardo koury	SEDA	
Leonardo Ladeira	SEPLAG	
Lucia Helena S. J. Rodrigues	COGEMAS	
Luiz George M. da Trindade	CMAS /LS	
Maira colares	SEDESE	
Maria da Pascoa Andrade	COGEMAS	
Marta Maria C. V. da Silva	SEDESE	
Raquel F. Ferreira Martins	CMAS S. F. DE PAULA	
Rodrigo dos Santos França	ASSPROM	
Roseane Gustina dos santos	FENEIS	

Rosilene AP. Tavares	CRESS	
Soyla R.S. Pereira	CMAS/PARACATU	
Volney L.A. Costa	PSIND	
Willam Santos Franca	CMAS/BH	
Wilson de Sales Lana	SEF	
Simone A. Albuquerque	SEDESE	

647